

C A M P O S L I M A

---

A TEORIA LIBERTÁRIA

---

OU O ANARQUISMO

---

CONFERÊNCIA REALISADA  
NA UNIVERSIDADE POPULAR  
PORTUGUESA



EDIÇÕES SPARTACUS  
LISBOA — 1926



A TEORIA LIBERTÁRIA  
OU O ANARQUISMO

## EDIÇÕES SPARTACUS

(PUBLICAÇÃO POR CONTA DOS AUTORES)

<i>O Amor e a Vida</i> (contos), por Campos Lima . . . . .	5\$00
<i>A Crise Económica</i> , seus aspectos essenciais, por João Perpétuo da Cruz . . . . .	2\$50
<i>Três Aspectos da Revolução Russa</i> , por Emile Vandervelde, 2.º milhar . . . . .	5\$00
<i>A Revolução em Portugal</i> , por Campos Lima, 2.º milhar . . . . .	6\$00
<i>O Primeiro Congresso Feminista e de Educação</i> , por Arnaldo Brazão . . . . .	10\$00
<i>A Ceia dos Pobres</i> , contraste à «Ceia dos Cardiais» (episódio dramático em verso num acto), por Campos Lima — 3.ª edição . . . . .	2\$00
<i>Sezdas de Lirismo e de Amor</i> (novelas) por Ferreira de Castro, 2.º milhar . . . . .	8\$00
<i>Os Três Milagres Subtis do Convento — A lenda de D. João — Os Simples — Théleme</i> (Contos), por António Passos, 3.º milhar . . . . .	5\$00
<i>A História do Movimento Macnovista</i> , por P. Archinoff, 3.º milhar . . . . .	10\$00

DEPÓSITO: LIVRARIA RENASCENÇA  
R. dos Poiaes de S. Bento, 27 — LISBOA

ASSINANTES:

CORRESPONDÊNCIA A CAMPOS LIMA  
Rua Actor Taborda, 27-2.º-D.º — LISBOA

E. S.—11—Composto e impresso na EMPRESA INDUSTRIAL  
GRÁFICA DO PÔRTO, L.DA — R. Mártires da Liberdade, 178.





C A M P O S L I M A

---

A TEORIA LIBERTÁRIA

---

---

OU O ANARQUISMO

---

---

CONFERÊNCIA REALISADA  
NA UNIVERSIDADE POPULAR  
PORTUGUESA



EDIÇÕES SPARTACUS  
LISBOA — 1926

Shi

ADAM SMITH

THE THEORY OF MORALS

# A TEORIA LIBERTÁRIA OU O ANARQUISMO

---

---

ANARQUIA quer dizer não autoridade. Mas é necessário precisar os termos, pois nós, os libertários, não podemos ser responsáveis senão pela doutrina que defendemos e não por aquela que nos atribuem. Supôr que não autoridade significa nenhuma espécie de organização é um êrro tão crasso como afirmar-se que não há possibilidade de organização sem autoridade. Se se entende por isso que não há organização social sem direitos e deveres, sem uma base jurídica, sem uma reciprocidade de prestação de serviços e de restricções e limitações, nenhuma dúvida há de que isso mesmo os libertários reconhecem. O que os libertários negam é a autoridade exercida por órgãos especializados, impondo-se por uma coacção física, reconhecendo por isso apenas como sanção a sanção moral e a sanção económica, esta última como consequência do não cumprimento das obrigações que implica o não cumprimento de outras obrigações correspondentes. Ao meu direito corresponde uma obrigação; se eu deixo de cumprir a obrigação perco



o meu direito. A ordem jurídica numa sociedade libertária baseia-se na reciprocidade. É o que se dá já hoje com as relações internacionais, com as convenções dos Estados, isso a que se chama o Direito Internacional, a que falta a coacção física e que vive unicamente pelo interesse que cada país tem em cumprir as suas obrigações pelas vantagens que obtém das obrigações correspondentes a que os outros países ficam constrangidos. O que se pode hoje fazer com as nações pode fazer-se amanhã com os indivíduos. Basta, para isso, que não haja o predomínio duns sôbre outros, a autoridade concentrada numa casta, mas dispersa, pulverizada pela sociedade inteira, por forma que cada indivíduo tenha a parte que lhe corresponde de autoridade sôbre si mesmo e que não é senão o pleno domínio da sua liberdade equilibrada com a liberdade dos outros.

Os anarquistas negam pois a autoridade organizada, atribuída a órgãos especiais, com um poder judicial, um sistema penal, uma polícia repressiva. É essa a razão da designação — anarquismo. Mas nesta negação de autoridade o que se contém fundamentalmente é uma afirmação de liberdade, esta necessitando para existir da abolição da autoridade. Portanto é preferível à designação de anarquismo a de libertarismo. Um termo tem uma significação meramente negativa, ao passo que o outro contém uma afirmação. Um diz o que não é, o outro o que é. Cientificamente, pois, temos de preferir o vocábulo que tem uma significação positiva.



\*

\*

\*

Os libertários — chamemos-lhes, pois, assim — preconizam uma sociedade livre, organizada pelo mútuo acôrdo dos indivíduos. Dividem-se, porém, quanto à sua concepção do princípio da propriedade, pronunciando-se uns pela manutenção da propriedade individual, outros pela sua socialização. Os libertários socialistas podem dividir-se ainda em colectivistas e comunistas, sendo aqueles os que aceitam só a socialização dos meios de produção e êstes a socialização dos meios de produção e a socialização do consumo. Convém, porém, fazer o seguinte reparo: noutros tempos os libertários designavam-se por colectivistas, defendendo contudo a socialização integral e o termo colectivista era o que significava e tomavam-no para se distinguirem dos comunistas, que eram então os socialistas de feição marxista. Mais tarde trocam-se os nomes, quando os socialistas se dizem colectivistas, passando os libertários que preconizavam a socialização da propriedade a designar-se como comunistas. Hoje os libertários a que se poderia dar a designação de colectivistas e que aceitam os bonus de trabalho e portanto a individualização do consumo designam-se por individualistas mutualistas, à maneira de Proudhon, para se distinguirem dos individualistas puros, à maneira de Stirner, mas de facto não podem já ser considerados como individualistas, pois a sua doutrina não é senão uma transigência, uma aproximação da

tendência comunista. Sob o ponto de vista económico há hoje duas correntes libertárias principais: a individualista e a comunista. Claro é que, dizendo isto, pomos de parte uma infinidade de tendências, de particularidades, de características com que se classificam as várias teorias libertárias, para as considerarmos no seu aspecto geral e pela sua importância. E ainda quanto à sua importância, pela influência exercida nas massas trabalhadoras, como sendo a corrente predominante, é o comunismo libertário que nos merece o interesse do nosso estudo, sendo em relação a essa teoria que vamos fazer tóda a nossa exposição.

\*

\*

\*

A sociedade comunista libertária supõe a socialização integral da propriedade e a supressão de tóda a autoridade política e económica. O homem é livre em tóda a sua actividade, sem estar subordinado ao Estado ou ao patronato que não existem. Para formarmos uma idea da sociedade futura organizada à maneira comunista libertária temos de conceber a existência de comunas independentes mas federadas em amplas organizações e ainda a formação de vastas federações profissionais para atender e realizar as diferentes funções sociais. Além dèstes organismos existirão naturalmente vários agrupamentos por afinidades pessoais para satisfazer necessidades de momento e ainda as aspirações do espírito, como as estéticas,

literárias, a propagação de ideas, como já hoje na sociedade actual se formam. Desta maneira o conjunto dêsses organismos permitirá, como o nota Kropotkine, «a satisfação de tôdas as necessidades sociais: o consumo, a produção e a troca; as comunicações, a sanidade pública, a educação; a protecção mútua contra as agressões, o auxílio mútuo, a defesa do território; a satisfação, enfim, das necessidades científicas, artísticas, literárias e de divertimento» (1).

O princípio económico fundamental que regulariza a produção e o consumo é êste: de cada um segundo as suas fôrças, a cada um segundo as suas necessidades. Nenhum limite senão o de própria necessidade poderá ser imposto ao consumo, a não ser em relação aos produtos cuja existência fôr insufficiente para satisfazer as necessidades de todos, sendo naturalmente rateados até que a produção se torne mais intensiva e se regularize de forma a satisfazer tôdas as necessidades.

\*

\*            \*

É por ventura o comunismo libertário uma méra aspiração idealista, sentimental, sem uma base científica? Tratar-se há apenas dum sonho irrealisável, por ir de encontro a factos indestrutíveis, difficuldades que não podem remover-se? Vejamos.

---

(1) P. Kropotkine, *La Science Moderne et l'Anarchie*, pág. 93.



O comunismo libertário é a forma mais racional de organização duma sociedade, a mais justa e a mais perfeita. Resulta da própria vida e sempre que os homens não estão sujeitos à pressão de autoridade de qualquer ordem e se encontrem numa situação de igualdade económica é essa a forma de relações sociais que adoptam. Sendo uma aspiração racional, há-de fatalmente encontrar um dia a sua realização. Assim o exige o progresso que regula a evolução humana. Mas mesmo já hoje nós temos na evolução social que se tem operado a prova de que caminhamos para a abolição da autoridade e para a organização comunista sob o ponto de vista económico. Que é toda a lenta evolução política senão uma constante redução do princípio de autoridade? Desde o absolutismo, atribuindo ao monarca o poder sobre os indivíduos (súbditos) e o território (domínio), tudo dependendo da autoridade do soberano, até ao liberalismo dos nossos dias, em que consistiu a evolução? Na pulverização da autoridade, na descentralização do poder, na sua atribuição a uma cada vez mais numerosa classe. Continuai a evolução e que tereis? A atribuição da autoridade a todos, a negação da preponderância duma minoria privilegiada. Porque já hoje, em teoria, ninguém admite por direito próprio, a autoridade. Ela é exercida, dizem, por delegação. Justificam-na não já pelo direito divino mas pela doutrina da soberania nacional, da representação. Mas se tudo isso não passa de ficções, sem nenhuma expressão científica, nenhuma base real,



a que nos conduz essa mesma tendência de racionalização do Estado senão à sua própria supressão? A teoria da soberania nacional, baseada numa consciência colectiva, numa vontade colectiva, que não existem, cede hoje o lugar à concepção do interesse social, do serviço público, que começa a informar o moderno direito político (1).

A tendência da abolição da autoridade é uma tendência geral, uma aspiração constante em todos os ramos da actividade, em tôdas as manifestações do espírito humano. A Revolução Francesa, movimento de reacção contra a autoridade política, tem os seus congêneres em outros grandes movimentos de libertação de consciência: o da Reforma contra o princípio da autoridade na religião, o cartesianismo contra o princípio da autoridade na sciência, o romantismo e o seu continuador o naturalismo contra o princípio da autoridade na arte (2). Ao mesmo tempo as grandes individualidades da nossa época deixam-se impregnar por essa doutrina. Já antes da Revolução Francesa Diderot dizia: «A natureza não fez nem escravos nem senhores; leis não as quero dar nem receber». O filósofo com maior influência dos tempos modernos, Spencer, é individualista. Contra a autoridade insurge-se o maior dramaturgo — Ibsen,

---

(1) Campos Lima, — *O Estado e a Evolução do Direito*.

(2) Foi isto que fez dizer a Victor Hugo no entêrro de Balsac que, quer êle o tivesse querido quer não, fôra um escritor revolucionário.

o maior geógrafo—Reclus, Zola, o grande romanista, define bem na sua obra a sua aspiração de libertação humana e os grandes escritores russos Tolstoï, Tourgueneff, Dostoïewsky e outros atacam o preconceito da autoridade, da subordinação do homem ao homem. O combate ao princípio da autoridade torna-se uma verdadeira preocupação mental do nosso tempo.

Organiza-se a pedagogia em bases modernas e que vemos? A substituição dos velhos princípios de subordinação rígida ao *magister dixit*, pelos do livre desenvolvimento da inteligência do educando, entregue quanto possível a si mesmo, substituindo o regime autoritário da escola dos antigos pela plena liberdade do aluno, procurando desenvolver nêle a independência de caracter, o espírito de solidariedade. A pedagogia moderna torna-se pois aberta e declaradamente libertária.

A criminologia só progrediu e se tornou uma ciência quando se desprendeu das fórmulas obsoletas do castigo, da vindita social e quando aceitou a doutrina da irresponsabilidade dos criminosos. E já em muitas cadeias se tende a substituir o antigo inferno penitenciário por uma vida humana, com um pouco mais de conforto, considerando o criminoso um doente hospitalizado, que é preciso isolar da sociedade, mas sôbre o qual não há o direito de exercer represálias. A velha doutrina autoritária foi pois também neste campo vencida pela concepção libertária. No futuro, ao organizar-se a defesa social



contra os tarados que herdar a sociedade nova, não serão outros os princípios a pôr em prática.

A própria ciência do Direito, que dir-se-ia condenada a um permanente conservantismo, pela confusão tradicional entre as regras jurídicas e a legislação do Estado, evolucionou também, tomando uma orientação que em nada contradiz os princípios libertários. A necessidade da coacção do Estado para manter a regra de conduta estabelecida, a idea de que a lei é o resultado duma vontade colectiva, uma ordem a que tem de se obedecer, tudo isso é já hoje um anacronismo. A norma jurídica tem um carácter objectivo, resulta dum conjunto de circunstâncias que a tornam necessária e possível, e por isso se cumpre. Amanhã, a sociedade libertária, abolido o Estado e a legislação escrita, suprimido o poder judicial e as penalidades, não deixará de ser uma sociedade jurídica, em que o Direito terá mesmo uma maior realidade do que actualmente (1).

Tôdas estas ideas da nossa época, perfilhadas por pessoas que nem sequer se apercebem da relação que essas ideas têm com o espírito libertário, exercem naturalmente uma influência salutar, facilitando a evolução moral indispensável para se podêr tentar a transformação social no sentido da mais ampla liberdade. O operariado conquistou, por esforço próprio, certas regalias, mas é indubitável que, sem uma modi-

---

(1) Campos Lima — *O Estado e a Evolução do Direito*.

ficação da mentalidade geral não seria possível ter-se passado do trabalho escravo, em que o trabalhador era considerado uma coisa e vendido, para a relativa independência que êste hoje tem e o reconhecimento do seu direito de reclamação, da greve, da associação, que noutros tempos eram considerados verdadeiros crimes contra a autoridade do patrão.

Até aqui temos apenas focado um aspecto da evolução que se tem produzido no sentido da organização libertária, o da abolição da autoridade. Mas a sociedade libertária não é só isto. Tem também o seu aspecto económico. Há por ventura na sociedade actual qualquer coisa que nos prenuncie o advento da sociedade comunista?

O facto principal que impressiona mesmo o mais superficial observador é o da progressiva concentração da indústria, a socialização do trabalho. Tôdas as antigas pequenas indústrias caseiras cedem o lugar à indústria em grande; mas não cessa aqui a evolução: às grandes fábricas, primeira fase da concentração industrial, sucedem-se as sociedades anónimas, depois os *cartels* e os *trusts*. A indústria concentra-se cada vez mais. Por outro lado há indústrias como as dos transportes, correios, telégrafos e outros serviços de interesse público que o Estado socializa. Sob o ponto de vista técnico, pois, o próprio capitalismo está criando a base económica do comunismo.

Paralelamente a êste desenvolvimento e concentração industrial, cria-se o sindicalismo operário, no seu início uma mera organização das forças trabalha-



doras para uma mais intensa luta de classes, mas que, após a Revolução, constituirá evidentemente um elemento importante de socialização, os sindicatos e as federações assumindo a gestão das indústrias.

Um outro factor importante é o da transformação do Estado moderno: a tendência para a descentralização e sindicalização dos serviços públicos. Os serviços públicos tornam-se autónomos e entregues aos próprios funcionários sindicados. O Estado transforma-se assim pouco a pouco numa confederação sindicalista, perdendo gradualmente o seu carácter autoritário e dissolvendo-se na organização económica geral. (1) Esta evolução do Estado era fatal desde que a êste se lhe substituiu o carácter de simples domínio do imperante pelo de instituição com função social subordinada ao Direito. Tem o Estado desde êsse momento um carácter socialista, que não podia deixar de se acentuar pela influência das ideas modernas.

Tudo isto indica que a tendência universal é para uma constante socialização e para uma cada vez mais ampla liberdade. Nada na evolução social contraria, pois, a hipótese duma sociedade comunista libertária.

\*

\*      \*

Dissemos que o comunismo libertário é a forma mais racional da organização duma sociedade, a mais

---

(1) Campos Lima, *O Estado e a Evolução do Direito*.

justa e a mais perfeita. Vimos já como certas sciências confirmaram a verdade e o carácter racional da idea libertária. A pedagogia, a criminologia e a sciência jurídica, no seu actual desenvolvimento, demonstram-nos, como já frisamos, a desnecessidade da autoridade e da coacção física e, pelo contrário, a vantagem em a substituir pela liberdade. Mas não são só estas as sciências em que se encontra uma plena justificação do comunismo libertário.

A fisiologia indica-nos, por exemplo, que o desenvolvimento normal dos sêres se realiza cumprindo-se o princípio comunista — de cada um segundo as suas fôrças, a cada um segundo as suas necessidades. Quem trabalha em excesso ou não se alimenta suficientemente, definha, degenera. É o que sucede na sociedade actual em que o excesso de trabalho e a deficiência de alimentação são a causa duma infinidade de doenças e do aumento da criminalidade, pela degenerescência.

Basta também reflectirmos um segundo para verificarmos, por exemplo, como a higiene é evidentemente comunista. Pois não é a vida dos miseráveis que habitam em antros imundos, focos de tôdas as epidemias, um perigo mesmo para aqueles que vivem na abundância? Não teem todos interêsse na higiene de todos? Os paliativos de hoje, com a assistência pública, sujeitos à contingência do sentimentalismo que os inspira, não valem, em eficácia, a regra geral dum comunismo em que as necessidades higiênicas sejam completamente satisfeitas e não dependam, como hoje, das posses de cada um.



A técnica industrial mostra-nos como a intensificação da produção se obtém com a concentração do trabalho. A uma maior concentração corresponde um maior aproveitamento de fôrças e de riqueza. A colectivização completa de tôdas as indústrias é, pois, sob o ponto de vista técnico, uma idea racional, tal como se contém nos princípios do comunismo libertário. Não devemos esquecer também que, sob o ponto de vista da produção, a diminuição das horas de trabalho e o aumento do salário — isto é uma maior aproximação do preceito «de cada um segundo as suas fôrças, a cada um segundo as suas necessidades» — produziu um maior rendimento do trabalho e que na Inglaterra e em outros países o patronato, compreendendo-o, não teve relutância em atender as reclamações operárias. Só em Portugal é que se defende a teoria dum trabalho excessivo e esfalfante para o aumento da produção.

Mas vejamos também em face da sciência económica se não são precisamente os princípios do comunismo os que teem maior justificação. Partindo-se do facto que a técnica industrial nos indica, isto é, que as indústrias são tanto mais produtivas quanto mais concentradas e organizando-se portanto as indústrias dessa maneira, verificamos logo um elemento a favor, não só da apropriação das indústrias pela colectividade, a substituição duma minoria de capitalistas por todos, pela colectividade inteira, mas ainda a favor do consumo em comum. Operários trabalhando em grandes fábricas recebem actualmente um mesmo sa-

lário. Porquê? Ao que se atendeu? Ao trabalho que cada um dêses operários produziu? Não, porque êles ganham uma diária, sem relação com o trabalho produzido individualmente, mas em relação a uma média do trabalho produzido em comum. O salário é uma aproximação das necessidades do operário e são estas que determinam as reclamações que o fazem elevar. E o patronato aceita êste sistema porque para êle é preferível, em vez de remunerar menos um ou outro operário e dar um salário mais elevado aos melhores produtores (a cada um segundo o seu trabalho, individualização do consumo) atribuir uma verba a um certo número de trabalhadores que, em média, lhe dão um certo rendimento. A individualização do salário obrigá-lo-ia a uma maior fiscalização em que se perderia tempo e que não teria as mesmas vantagens práticas.

Não deixa de ser interessante apreciar o costume adoptado já por algumas emprêsas industriais do chamado salário plural. De há muito que o patronato se apercebia de que eram as necessidades dos operários que faziam elevar o salário, pelas sucessivas e constantes reclamações. E verificava que, à sombra dos mais necessitados e que por isso eram forçados a ser mais exigentes, ou sejam os operários chefes de família, também os solteiros e sem encargos beneficiavam. Daí a preocupação de muitos patrões para a organização de creches e escolas para as crianças, o que tornava mais livres as mães para obterem recursos que aumentassem a receita da família, e ainda a dis-



tribuição de refeições e vestuário a essas crianças. Outros patrões preferiram pagar um salário mais elevado aos chefes de família, que, sendo os mais idosos, são precisamente os que menos produzem, adoptando assim o sistema da retribuição não segundo o trabalho produzido mas segundo as necessidades, preceito comunista que deriva duma boa organização económica de qualquer indústria. A alimentação, o vestuário e instrução das crianças, ou o salário plural, são evidentemente formas de consumo em comuni, e estas formas derivam da própria vida industrial moderna.

Por outro lado não se pode encontrar a fórmula rigorosa e científica da atribuição a cada trabalhador do produto integral do seu trabalho, visto que em qualquer objecto fabricado se teria de avaliar o trabalho de extracção da matéria prima, do transporte e as várias operações em que operários diferentes intervieram, sem esquecer as das gerações passadas com o progresso das sciências, os inventores dos maquinismos, os seus modificadores, os próprios instrutores do operário e todos quantos influíram no aperfeiçoamento industrial. As diversas categorias em que o trabalho se dividisse seriam sempre insuficientes para classificar cada uma das suas operações segundo o seu valor.

Além disso esta teoria gira num círculo vicioso em que é pelo valor das coisas que se determina o valor do trabalho que as produziu (o trabalho qualificado não tem outra justificação) e em que o valor das coisas é calculado pelo trabalho que se empregou

para as produzir. Ora, se nós observarmos o mecanismo económico, vemos que não é o trabalho o que dá o verdadeiro valor às coisas. Há objectos para nós de muito valor obtidos com um trabalho mínimo, por vezes apenas o da simples recôlha do solo e há objectos que necessitaram de maior trabalho e que têm menos valor. O que dá principalmente o valor às coisas é a necessidade que se tem dessas coisas. Se são as necessidades a base económica do valor, portanto de tôda a vida económica, porque não retribuir também o produtor segundo as suas necessidades? Serão assim as necessidades que regularizarão o consumo e sôbre êste é que se baseará a produção, única maneira científica de a regular.

Karl Marx, com a sua fórmula da circulação das mercadorias revertida depois à fórmula capitalista, demonstrou o absurdo e a injustiça do regime da moeda (1). Provou como era o dinheiro o maior ele-

(1) Marx explica a circulação das mercadorias pela fórmula

$$M \text{ ————— } D \text{ ————— } M$$

isto é *M* (mercadoria) troca-se a *D* (dinheiro) e obtém-se *M* (mercadoria). Esta última mercadoria é de natureza diferente da primeira e o dinheiro facilita a troca.

Porém, pela fórmula capitalista teremos

$$D \text{ ————— } M \text{ ————— } D.$$

O capitalista tem dinheiro, obtém a mercadoria ou seja o produto do trabalho do operário e obtém depois outra vez dinheiro. Mas êste dinheiro aumentado na mais valia. Esta operação não é natural nem necessária ao regime das trocas.

mento da exploração capitalista e ao roubo feito pelo patronato chamou-lhe mais valia e trabalho não pago. Havia evidentemente um fundo de verdade nesta crítica de Marx. É que a remuneração do trabalho do operário era inferior às suas necessidades. Exigir que o trabalho fôsse mais bem remunerado equivalia a reclamar uma mais completa satisfação das necessidades do produtor. A doutrina não podia pois ser aparentemente mais justa. Mas, analisando-a detidamente, verificamos que a injustiça persiste, embora sem o carácter brutal da sociedade presente, se se mantêm categorias especiais de trabalho, com privilégios que uma sociedade fraternal dos trabalhadores não admite. Demais, embora atenuada, haverá sempre a possibilidade de exploração mesmo tendo-se abolido o dinheiro, se êste fôr substituído pelos *bonus* de trabalho. A verdadeira sociedade igualitária será só a sociedade comunista em que o consumo em comum implica a supressão radical de todo o sistema de moeda.

A sociedade comunista libertária é também uma organização baseada na moral. Quando os adversários da doutrina libertária nos dizem que para o estabelecimento do comunismo livre seria preciso que todos os homens fôsem bons, que constituíssem uma sociedade ideal de anjos — não fazem senão acentuar o carácter de máxima moralidade, de perfeição, da sociedade futura. A ninguém deixa de impressionar êsse fundo moral da doutrina, que ninguém nega. Mas devemos acrescentar que o comunismo, pela sua própria base económica, é um elemento de moraliza-



ção. É ainda a ciência criminológica que nos fornece a demonstração, pondo-nos deante dos olhos a relação constante entre o aumento da criminalidade e a crise das subsistências. Do crime ocasional, o roubo mantém um constante paralelismo com o índice da deficiência dos géneros de alimentação e o crime produto de agentes degenerados sofre também a influência da escassez das subsistências, imediata pela excitação produzida nos já criminosos e mediata pelas novas degenerescências que provoca. Ora, sendo assim, desde que a organização económica seja de forma a garantir-se uma produção regularizada scientificamente, isto é, baseada no consumo e não na especulação, tendo em vista o interesse e as necessidades de todos e não o lucro duma minoria privilegiada, desaparece uma das principais causas da criminalidade, aumentando portanto o grau moral do meio social. Na criminologia, como bem o acentuaram Enrico Ferri e Hamon, a profilaxia tem de substituir a terapêutica; não pode baixar-se a criminalidade sem remover as causas do crime, que têm um carácter eminentemente social; não é o criminoso que se tem de modificar, mas a própria sociedade.

\*

\* \*

Sobre a possibilidade da estabilidade desta forma de organização social, várias têm sido as objecções que se têm formulado, assim como os defeitos que



à sociedade comunista livre têm sido notados. Vamos referir-nos aos principais desses reparos que à teoria libertária têm sido feitos.

Uma das observações que nos é apresentada frequentemente é a de que numa sociedade onde o consumo fôsse comum, onde os gêneros estivessem à descrição do consumidor, ninguém trabalhava. Quem assim argumenta está evidentemente eivado da concepção que tem da sociedade humana e que não é outra senão a que tem da sociedade presente, que o não deixa ter a visão da sociedade futura. Supõe o comunismo uma espécie de Roma dos imperadores quando à população se distribuía o pão e se lhe davam espetáculos no Circo. Mas o comunismo não é isso. As subsistências não são dadas pela magnanimidade dos imperantes, é preciso obtê-las com esforço, com trabalho e, por isso mesmo, só a elas tem direito quem trabalha. A sociedade comunista é antes de tudo uma sociedade de trabalhadores, que se defenderão evidentemente daqueles que, sem uma razão forte, um caso de força maior como doença ou defeito físico, pretenderem viver sem prestar nenhuma utilidade à coletividade.

Supondo que havia, após a Revolução, um grande número de pessoas que tivesse a idea pouco racional de que era possível consumir sem trabalhar e se dispuzesse a pô-la em prática, o que sucederia? Se o número desses fôsse a maioria, daria pouco depois pelo lôgro em que tinha caído quando se tivesse esgotado a produção acumulada. Em seguida, para a

renovarem, compreenderiam que era preciso decidir-se a trabalhar. Se fôsem a minoria, lá estariam os outros para defenderem o produto do seu trabalho e a sua resistência não seria senão ainda um prolongamento da Revolução.

Organizado o trabalho e a sua defesa, não chega mesmo a compreender-se a existência de uma parcela da população disposta a não trabalhar, só por teimosia. Só o concebe quem vive numa sociedade capitalista como a nossa, sem discernir que a aversão ao trabalho não é natural no homem, mas resulta do trabalho ser hoje feito com sacrifício e à custa dum grande esforço físico e da saúde dos trabalhadores. Mas se houvesse alguns indivíduos,—aceitemos por um instante o absurdo,—que estultamente supusessem que poderiam viver sem trabalhar, a primeira coisa que teriam de fazer era organizar-se numa quadrilha de salteadores, viverem em tocas miseráveis e distantes, e não em verdadeiras habitações confortáveis e passarem a fazer assaltos de noite e correndo todos os riscos, o da própria vida mesmo, para obterem o alimento que poderiam alcançar com menos esforço e sem nenhum perigo, dispondo-se a trabalhar como os outros.

É de notar ainda que o desenvolvimento das máquinas, intensificando a produção viria beneficiar o trabalhador, reduzindo-lhe o número de horas de trabalho, que também diminuiria pelo aumento evidente da massa trabalhadora pelo desaparecimento das ocupações inúteis como o exército, o funciona-



lismo fiscal, judicial, os serventuários, etc. O trabalho no futuro será, pois, muito menos penoso, não valendo a pênna, por umas horas de um pequeno esforço, incorrer na indignação da população trabalhadora, lutar com ela e passar a despender afinal um esforço muito mais pesado que o do trabalho, adoptando a profissão de bandoleiro. Só o fariam os anormais, degenerados, para os quais haveria o necessário isolamento como se faria com os loucos perigosos.

Mas, diz-se ainda, embora não haja quem abertamente se recuse a trabalhar, haverá sempre quem não dê todo o seu esforço em benefício da colectividade. Desde que o consumo é comum e não segundo o trabalho e competência de cada um, ninguém tem interesse em se aperfeiçoar, em prestar à sociedade uma maior utilidade. Desaparece a lei da concorrência, que é, acentuam, a verdadeira lei do progresso.

A prática da vida industrial no nosso tempo se encarrega de demonstrar o contrário. No trabalho em comum pago a jornal, realizado no interesse principalmente do patrão, há operários que produzem mais do que outros. Era natural, se o argumento tivesse valor, que êsses operários melhores produtores, e hoje com maior razão do que no futuro, se esquivassem a produzir além dum certo limite, baixando pois a produção ao mínimo. Mas para isso seria preciso que a fisiologia o permitisse. Êsses operários desenvolvem uma maior actividade porque assim lho exige a própria natureza. Isto num trabalho manual. Mas a objecção ainda tem menor valor quando o trabalho reveste



um carácter superior e intelectual. Nesse género de trabalho a aptidão, o engenho, a intelligência do produtor reclamam mais imperiosamente ainda a sua expansão. Os grandes artistas, os grandes inventores, os génios da humanidade, foram sempre menos determinados pela idea do lucro, pois na sua maior parte viveram sempre na pobreza, do que pelo impulso interior que os levava a produzir as suas obras admiráveis. Pelo contrário, é a sociedade capitalista, com as suas exigências mercantilistas que prejudica a eclosão das obras geniais, dos trabalhos de grande interesse colectivo. Não há nenhum grande pintor, nenhum grande escultor que não tenha sentido, durante um certo período da sua vida, essa tirania dos que lhe exploram o talento, fazendo-o transigir com o mau gosto do vulgo; e se fôssemos a percorrer nos museus as obras de génio, veríamos que a sua primeira aquisição foi feita directamente ao autor por quantias insignificantes, embora valham hoje verdadeiras fortunas. Não há pois que ter o receio de que o génio não continue a manifestar-se e a ser um dos grandes elementos de civilização.

Dizem ainda: os trabalhos repugnantes e perigosos ninguém os faria, escolhendo todos outra occupação. Há sempre gente para tudo. Mas quando não houvesse, dada a necessidade dêsses serviços, êles seriam distribuidos periòdicamente e num mínimo de horas por todos. Por outro lado, muitos dêsses trabalhos serão no futuro quási inteiramente realizados por máquinas e canalizações especiais.

Sobre a socialização do consumo há também uma objecção apresentada com uma aparência científica. É a seguinte: a apropriação do consumo por todos os membros da colectividade destrói a lei do progresso natural do triunfo dos mais aptos e dos mais fortes. A verdade é que a luta pela vida na natureza, só se opera quando há escassês de subsistências, ou quando as condições climatéricas dizimam os indivíduos mais fracos. No futuro, desde que as subsistências se produzam em abundância, certamente todos os homens poderão satisfazer as suas necessidades. Perpetuam-se assim os fracos, os degenerados? Já vamos ver como êles se eliminam, sem ser preciso recorrer ao expediente bárbaro de os matar à fome. Mas antes disso reparemos que precisamente na sociedade actual, com o consumo individualista, a lei natural também se não cumpre. Cada trabalhador reparte em casa o seu salário com a família; os filhos comem do que êle ganha e, caso curioso, são precisamente os mais fracos, os mais doentes, os que têm dele maiores cuidados na alimentação. Não há, pois, dentro de cada família o triunfo dos mais aptos e dos mais fortes na disputa do consumo. Não vemos, por isso, que a objecção tenha algum valor.

Quanto ao triunfo noutros campos, todos nós sabemos que entre as classes dominantes, que dispõem de todas as riquezas e de todos os poderes, ou sejam as classes triunfantes, há muito doente, muito degenerado e que não foi nem o vigor físico, nem a inteligência, nem a aptidão que os fizeram enriquecer,



mas as circunstâncias do actual regime económico. Que merecimento teve ou que esforço empregou o indivíduo que se encontrou rico pelo facto de ser herdeiro duma fortuna enorme? Não poderá dizer-se o mesmo do homem a quem a oscilação do câmbio, uma calamidade pública encarecendo géneros que êle vende ou que êle faz fabricar por sua conta, ou qualquer outro facto, enriqueceu de repente? Que esforço se emprega, desde que se dispõe de capital, em fazer trabalhar os outros? Porque evidentemente que não é senão pela exploração do trabalho alheio que se enriquece. Não, para que a verdadeira lei do triunfo dos mais fortes, dos mais aptos, dos mais inteligentes, se realize é que é necessário colocar todos os homens no mesmo pé de igualdade económica, facilitar-lhes o concurso a tôdas as occupações, não lhes coarctar a liberdade de trabalhar e proporcionar-lhes todos os meios para desenvolverem as suas aptidões por uma instrução que não seja, como hoje, o privilégio duma minoria.

E os fracos, os degenerados? A própria vida se encarrega de os eliminar e no futuro duma maneira mais completa do que se dá hoje. Os degenerados têm uma tendência muito pronunciada para se atraírem sexualmente e as suas uniões são condenadas a infecundidade ou delas resultam entes mais degenerados ainda e êsses completamente impossibilitados de se reproduzirem. Na sociedade actual, em que os casamentos não são feitos em harmonia com as leis naturais mas artificialmente para satisfazer outros



interesses, por causa exactamente de na sociedade capitalista se dar por vezes o triunfo dos mais fracos, os degenerados perpetuam-se. No futuro, em que as ligações sexuais se produzirão naturalmente, elas serão o grande elemento de fixação das qualidades superiores dos indivíduos e a eliminação dos mais fracos pela infecundidade das suas ligações sexuais.

Uma outra objecção costuma ser posta contra a teoria libertária e é a de que, não havendo autoridade, não se castigando os criminosos, não haverá maneira de evitar o crime. Dir-se-ia, ao ouvir essa objecção, que na sociedade actual o crime se evita. Ora o estudo destes assuntos leva-nos precisamente à convicção de que a penalidade é, como elemento inibitório do crime, pela intimidação, um factor relativamente insignificante e que é anulado pela convicção íntima em que o criminoso está, ao praticar o seu crime, de que escapará à punição. Além disso, cada crime praticado é a prova evidente de que o efeito intimidativo da pena foi nulo. Mas se a pena só é defendida como elemento preventivo, não é bárbaro, desumano, absurdo, que se aplique precisamente nos casos em que nenhum efeito teve e o criminoso, obedecendo a imperiosos impulsos a que não pôde furtar-se, praticou o crime? Sabendo-se que a criminalidade aumenta principalmente pela reincidência, isto é que são em maior número os crimes praticados por reincidentes, vê-se neste facto bem clara a demonstração da ineficácia da aplicação da pena em relação ao criminoso punido. A pena que

não cumpriu a sua função, sendo inútil como elemento inibitório, é também inútil depois, pelo castigo. Só nos pequenos delitos, punidos com penas exageradas é que a pena pode por ventura exercer uma verdadeira acção como motivo determinante. Nos crimes graves, acima da pena está o impulso criminoso, a excitação mórbida, o ódio, ou a ambição que determina imperiosamente a prática dêsses actos. A própria pena de morte, que tanta gente desorientada proclama como um remédio eficaz para diminuir a criminalidade, não foge a esta regra. Em Portugal quando a pena de morte foi abolida, os crimes a que ela se applicava, em vez de aumentarem, diminuíram.

O criminoso, dissemos, não se deixa determinar pela intimidação que sôbre êle poderia exercer a idea da penalidade, porque presume poder escapar-lhe. A idea obsidiante que o leva ao crime não o deixa ver senão o seu objectivo, mas devemos confessar que, na sua presunção optimista, o criminoso tem quasi sempre razão. Do crime cometido, o crime punido é uma percentagem relativamente insignificante. Há uma grande quantidade de crimes ignorados sôbre os quais não há possibilidade de procedimento criminal. Dos crimes conhecidos, constatados, à parte os que podem passar por desastres ou suicídios, há uma quantidade enorme em que se não descobrem os agentes criminosos. E dos crimes que são levados aos tribunais, há ainda uma quantidade enorme que ficam impunes.

Não, não é a pena, o castigo que há-de remover



a criminalidade e extingui-la. O crime é um produto social e sofrerá, como tudo o mais, a influência benéfica da transformação da sociedade. Vejamos. Há duas grandes categorias de criminosos: os criminosos degenerados e os criminosos ocasionais. Os primeiros herdaram a tendência criminosa, que é neles um estado mórbido, irresistível. Os segundos são indivíduos normais, arrastados ao crime por motivos que estão directamente ligados à defeituosa organização social de hoje. Um homem normal pode roubar porque tem fome e lhe negam em toda a parte o trabalho, pode ser levado aos maiores exageros para conquistar um lugar na vida que lhe contestam. O crime ocasional desaparecerá evidentemente na sociedade futura, em que o direito à vida a todos é atribuído. Restam os criminosos degenerados. Essa criminalidade, como facilmente se compreende, não aumentará. A degenerescência dá-se principalmente por deficiência de alimentação e excesso de trabalho. No futuro a massa trabalhadora não correrá êsse risco. Não se produzirão novas degenerescências. As mesmas degenerescências provenientes dos traumatismos dos desastres de trabalho serão no futuro sensivelmente diminuídas, pelos cuidados maiores que merecerá a segurança dos operários numa sociedade que se não baseie na sua exploração. Restarão os degenerados que existirem no momento da Revolução. Mas êsses já vimos que pela lei da infecundidade acabarão por desaparecer.

O quadro sombrio com que os adversários da teo-



ria libertária pintam a sociedade sem castigos nem verdugos é, pelo contrário, a esplendorosa visão dum mundo novo de paz e de amor. Sem dúvida o início dêsses tempos em que a humanidade fará os seus primeiros passos ainda hesitantes na nova terra da Promissão não serão senão uma época de sacrifício, de abdição, de trabalho exaustivo, pelas resistências, pelas lutas que os desapossados das terras, das fabricas, do poder político, lhe hão-de mover. Mas, pouco a pouco, estabelecida a normalidade, firmada a harmonia entre os homens pelo desaparecimento da distinção de classes, assegurado o direito à vida para todos, a humanidade terá encontrado a sua via recta que a conduzirá à libertação final e a uma constante e progressiva perfectibilidade.

\*

\* \* \*

Como poderá, porém, atingir a humanidade o comunismo libertário? Dizem-nos a cada passo: tudo quanto vós prègais é belo, admirável, mas não passará dum ideal inatingido. Os homens, com os seus egoísmos, os seus eternos defeitos, impedirão sempre a transformação social que pretendeis. Para ela ser possível era preciso que todos fôsem justos, bons, educados. O que se impõe, pois, antes de tudo é desenvolver a educação.

Os que assim pensam, aferrados à sociedade actual, com uma mentalidade que ela própria criou,

não podem conceber o advento do comunismo livre senão como o remate duma longa evolução, de sucessivos aperfeiçoamentos da humanidade até se atingir a fase em que os homens podessem viver em harmonia. Esta idea chegou a dominar certos propagandistas e é ela a origem do reformismo, em opposição às correntes revolucionárias, que pretendem a derrocada da sociedade actual, pelo levantamento do povo em armas e pela expropriação violenta dos meios de produção.

A evolução lenta dentro das actuais formas de organização política não pode evidentemente satisfazer-nos. O Estado é uma instituição de opressão para manter a exploração exercida pela classe dominante. Imaginar que a classe dominada pode ser favorecida na sua aspiração de liberdade pelos seus próprios dominadores e que pacificamente a humanidade atingirá o seu objectivo é um absurdo que não podemos aceitar.

Evidentemente que, como já o frisamos, as transformações do Estado no sentido duma cada vez maior descentralização e redução da autoridade nos não podem ser indiferentes. Sem nos deixarmos envolver pela engrenagem política, nem aceitar cargos de autoridade, devemos contudo exercer sempre em todos os tempos a nossa influência, mesmo a nossa acção revolucionária, para que essas transformações se produzam (1).

---

(1) Campos Lima — *A Revolução em Portugal*.

Cêrtamente também tem para nós muito valor, mesmo actualmente, a obra educativa. É-nos precisa para preparar uma forte falange de homens conscientes que possam ser como que os guias da multidão. Mas não podêmos reduzir só a isto, fazer depender só disto, a eclosão da sociedade futura. As transformações do Estado e a educação são apenas os elementos para facilitar a Revolução, que é absolutamente necessária e inevitável. Só da Revolução pode porvir a transformação social, pela destruição do podêr da classe dominante que se não resigna a perdê-lo senão pela fôrça. A própria obra educativa na sociedade actual nunca poderia atingir a perfeição que alcançará na sociedade futura. Ela é também um dos objectivos da Revolução. A fórmula a adoptar não é—educar todo o povo para se podêr fazer a sociedade comunista-livre—mas—fazer a sociedade comunista livre para se podêr educar todo o povo.

Chegamos ao ponto da divergência entre os comunistas libertários e os comunistas marxistas. Tanto uns como outros querem a Revolução; simplesmente os primeiros querem-na para destruir o poder político e os segundos para o conquistarem. Os marxistas de feição leninista prêgam como seu objectivo final um comunismo como o que defendem os libertários, mas entendem que é preciso passar por uma fase transitória em que o Estado se torne de instituição burguesa opressora do operariado em instituição operária opressora da burguesia. O Estado passaria



a ser assim um instrumento de libertação e a preparar no decurso dumas tantas gerações o comunismo livre, isto é, a socialização integral da produção e do consumo e a abolição completa da autoridade.

Qual dos dois processos é o mais racional? O de abolir o Estado e impossibilitar por uma resistência constante o reaparecimento da autoridade, para que os homens possam organizar-se livremente; ou o de manter o Estado, tornado mais autoritário e violento, entorpecedor da livre iniciativa dos indivíduos e tendendo a imobilizar a vida em fórmulas rígidas e impostas à força? A nossa escolha está já de há muito feita, e a demonstração de que não nos enganamos fornece-no-la a experiência bolchevista na Rússia. A idea marxista da conquista do poder e da ditadura do proletariado teve aí a mais ampla realização. E esse facto não tem feito senão confirmar todas as críticas que os libertários faziam a essa doutrina, considerando-a verdadeiramente anti-revolucionária.

Não podemos conceber como, para se caminhar para uma sociedade sem autoridade, seja uma ponte de passagem uma autoridade mais forte, mais vigorosa, baseada na violência e no terror. Pelo contrário, nós sabemos muito bem que o meio, a função, exercem uma influência perigosa na psicologia dos homens, transformando-os. Tomai uma criatura inocente e misturai-a a um bando de facínoras e vereis no que ela se transforma. Dentro de pouco tempo procederá como eles. Ninguém tem o direito, seja em nome do que fôr, de exercer a autoridade sôbre outrem. O

fazê-lo cria, quando se não tem já, uma predisposição especial, uma feição psicológica que é diametralmente oposta ao humanismo, à fraternidade, ao espírito livre que nós defendemos e que procuramos atingir. Quem fôr sinceramente libertário, isto é, quem aspirar a uma sociedade igualitária, sem autoridade, não pode, sob pena de se deixar contaminar, perdendo a sua feição própria, exercer autoridade sobre ninguém. O bolchevismo na Rússia, como um sorvedouro, não tem feito senão anular o espírito de livre iniciativa e a inata rebeldia de certos homens, automatizando-os. Quereis um exemplo de como o Estado na Rússia transforma os homens? Tende-lo bem frisante em Trotsky. Êsse entra na Rússia, após a proclamação da República, fazendo propaganda anti-militarista. Em todas as estações em que pára o combóio que o leva desde a fronteira, êle discursa contra a guerra e contra o militarismo. Pois bem, êsse homem torna-se depois no ministro da guerra e tão apaixonado, tão integrado nas coisas militares, que até na sua secretária o seu pesa-papeis é uma pequena peça de artilharia. Napoleão não seria diferente.

Como transição para uma organização social não autoritária nada há de menos lógico do que o regime da ditadura do proletariado. Mesmo que se tratasse duma verdadeira ditadura do proletariado, fazendo dêste um elemento autoritário, já o facto seria muito grave sob o ponto de vista da organização futura. Porém, sucede que a chamada ditadura do proletariado não passa afinal da supremacia dos intelectuais



do partido que consegue tomar o poder, constituindo uma nova casta que substitui a burguesia. Como o nota Archinoff « não só a indústria, os meios de transporte, a instrução, os órgãos de abastecimento, etc., se tornaram propriedade do Estado, mas a classe operária inteira, cada operário em particular, o seu trabalho e a sua energia, as organizações profissionais e cooperativas dos camponeses tudo foi estatizado. O Estado é tudo, o operário não é nada. Ora o Estado é representado por funcionários, e de facto são eles que são tudo, a classe operária não é nada. A nacionalização da indústria, tendo arrancado os operários das mãos dos capitalistas particulares, entregou-os às mãos firmes dum só patrão-capitalista onipotente: o Estado. As relações entre os operários e esse novo patrão são as mesmas que existiam antes entre o trabalho e o capital. A única diferença consiste em que o novo patrão comunista, o Estado, não só explora os trabalhadores, mas também os castiga êle próprio, porque concentra em si essas duas funções: a exploração e a correcção (1) ». O Código do Trabalho, obra do partido bolchevista, é, como o observa Angel Pestaña, um « Código draconiano y brutal, que impone deberes a los obreros, pero no les concede ningun derecho (2) ». Dêsse código diz

---

(1) P. Archinoff, *A História do Movimento Macnovista*, trad. das *Ed. Spartacus*, pág. 63 e 64.

(2) Angel Pestaña dos *Setenta dias em Rússia, Lo que yo vi*, pág. 162.



ainda Pestaña: «En ningún país de régimen capitalista existe una legislación tan rígida y tan contraria al interés de la clase trabajadora (1)». O operário está inteiramente sujeito ao Commissariado do Trabalho que o desloca duma região para outra, sem se preocupar com as suas ligações de família e outros interesses de ordem moral. Levado pelo espírito da doutrina bolchevista, Trotsky chegou a propor dividir-se a Rússia em dez regiões militares, dando igual divisão ao trabalho, ficando soldados e operários sujeitos á mesma organização (2).

Os camponeses russos sofrem também a pressão da autoridade soviética. O ideal dos bolchevistas seria, como o têm exprimido, o estabelecimento de grandes propriedades agrícolas do Estado cultivadas por operários e camponeses assalariados (3). Não o tendo podido fazer, estatizaram as cooperativas agrícolas, o que foi o bastante para as inutilizar na sua actividade e livre iniciativa e intervieram na legislação agrária, adulterando o sistema comunista do Mir. Sendo a distribuição das terras feita pelas autoridades bolchevistas, tem dado em resultado que grupos de camponeses abandonam as terras que lhes são distribuídas ou os domínios do Estado para irem cultivar em comum terrenos incultos ou que não pertencem a

---

(1) Angel Pestaña, *ob. cit.*, pág. 163.

(2) Angel Pestaña, *ob. cit.* pág. 165.

(3) P. Archinoff, *ob. cit.*, pág. 66.

ninguém. Em algumas províncias êstes grupos de afinidade são em grande número (1) e talvez por serem a base do verdadeiro comunismo livre não têm nenhum apoio do Estado soviético. Estranha maneira de preparar a transição para o comunismo puro.

A ditadura do proletariado é justificada teòricamente pelos seus defensores pela cooperação dos operários na organização do Estado. Porém as eleições dos soviets ressentem-se também da influência perniciososa do bolchevismo triunfante. Querem um caso típico? Gordine, operário duma fábrica de munições, apesar dos comunistas terem apresentado uma lista completa para delegados do Soviet do bairro a que essa fábrica pertencia e não admitirem a supressão de qualquer nome, apareceu eleito pelos operários da fábrica em que trabalha, em substituição dum comunista. Como se tinha dado esta substituição foi à eleição posto o veto e a eleição anulada para Gordine unicamente, valendo porém para os comunistas eleitos na mesma lista. Fez-se nova eleição e Gordine voltou a ser eleito, tornando a eleição a ser anulada. Terceira eleição e Gordine obtem a maioria quási absoluta de votos. «Então os bolcheviques — diz Angel Pestaña, que nos conta o facto — respeitadores da vontade dos trabalhadores e da ditadura do proletariado (?) anularam a eleição, meteram no cárcere a Gordine e resolveram que aquela fábrica ficasse sem

---

(1) Angel Pestaña, *ob. cit.*, pág. 133 e 134.



representação no Soviet do bairro (1)». Note-se ainda que tôdas as eleições para o Soviet se faziam com a presença e a mais rigorosa fiscalização de Techeka, o que já por si determina uma falta de independência nas votações (2). As comissões ou conselhos das fábricas são eleitos pela mesma forma, sendo a lista completa sempre proposta pelo Soviet local ou pelos membros do partido comunista que trabalham na fábrica, não podendo suprimir-se nenhum nome (3).

O espírito de iniciativa popular é completamente abafado pela preocupação de tudo subordinar ao poder do Estado. Assim, após a Revolução, os trabalhadores de Petrogrado que se encontravam habitando em bairros infectos, alojaram-se nas melhores casas, expulsando os moradores ricos ou obrigando-os a habitar apenas uma parte do prédio. A distribuição era a princípio bastante arbitrária e injusta. Além disso era preciso regular a questão das reparações, da iluminação, do abastecimento da água. Porém, o povo, com a sua maravilhosa intuição e o seu espírito de organização constituiu comissões de vizinhos para atenderem às necessidades de cada rua e de cada prédio. Essas comissões fixaram as rendas, fizeram a estatística das casas desocupadas, promoveram as reparações necessárias, estabeleceram uma distribuição

---

(1) Angel Pestaña, *ob. cit.*, pág. 83.

(2) Angel Pestaña, *ob. cit.*, pág. 84.

(3) Angel Pestaña, *ob. cit.*, pág. 92.



mais equitativa, procedendo em tudo, segundo o acôrdo e o parecer dos moradores. Mais tarde, por necessidade de dar um maior impulso à construção de novas habitações e de momento para fazer a troca de inquilinos, pois havia operários que habitavam muito longe das oficinas onde trabalhavam e ainda para dar uma maior uniformidade às rendas, estas comissões federaram-se e tudo isto sem ordens ditatoriais, sem disposições municipais, pela simples iniciativa popular. Durante um período de ano e meio tudo se fez com a maior simplicidade e sem perturbações, não ficando nenhuma família por alojar e resolvendo-se a contento de todos os problemas que haviam surgido. Descontava-se na renda uma percentagem para a construção de novos prédios e para a reparação dos antigos. Melhorou consideravelmente a higiene. Porém, tudo isto era feito livremente, e ao govêrno, que sonhava com a centralização de tudo, repugnou-lhe esta instituição livre e autónoma. Como a sua completa abolição levantaria os protestos gerais e constituiria um perigo de insurreição, dada a sua grande utilidade, o govêrno decidiu apoderar-se dela. Começou-se por eleger para a presidência de cada comissão um comunista. As comissões em que o presidente não era um comunista iam sendo dissolvidas sob o pretexto de conspirações contra-revolucionárias. Limitou-se o número de comissões, para uma maior centralização e depois estabeleceu-se um vencimento para os presidentes das comissões, tornando-os fun-

cionários do Estado e dando-lhes o direito de penetrar no domicílio de qualquer habitante da sua área e prendê-lo por simples suspeita. As pessoas decentes mas cuja eleição para a presidência das comissões não tinha ainda sido anulada, achando vexatório semelhante cargo e não querendo sujeitar-se a servir a Techeka, pediram a sua demissão, deixando o terreno inteiramente livre aos comunistas. Desde então cada comissão faz parte da burocracia do Estado bolchevista e desde então também os moradores deixaram de interessar-se pelo problema da habitação, a justa e equitativa distribuição das casas passou a ser substituída por um verdadeiro favoritismo e morreu completamente a iniciativa individual (1).

O regímen não pode ser mais autoritário. Basta conhecer-se a existência da Techeka, que aproveitou os funcionários da polícia do Ksar, para se calcular o sem número de perseguições injustas e de processos tendenciosamente instruídos. A constituição dos tribunais em que domina o partido comunista, assegura-lhe a influência nas decisões que são tomadas por vezes discricionariamente. Para se avaliar da latitude do Código Penal russo basta dizer-se que êle admite a condenação por analogia, absurdo que nenhum código de nação civilizada inclui! Póde ser esta uma fase de transição para um regímen de liberdade?

Mas dir-se há: o Estado na Rússia socializou a

---

(1) Angel Pestaña, *ob. cit.*, 110 a 112.

propriedade, estabeleceu o comunismo em várias indústrias, um comunismo autoritário embora, mas comunismo, e vai fazendo a evolução, embora lenta, para a sociedade comunista. Não é, porém, assim. A nova política económica na Rússia, autorizando o comércio particular e a exploração do solo e das fábricas por empresas capitalistas, mostra como o bolchevismo na Rússia não é hoje senão a forma duma reacção contra-revolucionária e que a evolução se tem dado num sentido contrário ao do comunismo. Mas há mais ainda: o comunismo não é apenas a socialização dos meios da produção, que na Rússia aliás se não faz completamente; é também a socialização do consumo. Sob êsse ponto de vista o que vemos? O estabelecimento de trinta e seis categorias de salários e mais quatro categorias extraordinárias (1). Em vez de se caminhar para a comunização do consumo, individualizou-se êste ainda mais. Na Rússia, tendo-se procurado estabelecer o preceito — a cada um conforme o seu trabalho, — está-se mais afastado do preceito — a cada um conforme as suas necessidades — do que nas restantes populações da Europa, onde as necessidades do operário fazem elevar o salário numa média em relação com o preço das subsistências.

É isto preparar a sociedade comunista livre? Evidentemente que não. E quando nós condenamos

---

(1) Angel Pestaña — *ob. cit.*, pág. 85.



todo êste processo de organizar a sociedade futura, substituindo-o pelo da livre iniciativa da multidão, dizem-nos: como poderia a Rússia sem a criação do exército vermelho ter-se defendido dos inimigos da Revolução, fazer a defêsa do seu território e manter a sua independência em face dos Estados burgueses? Não é isto deslocar inteiramente a questão? Em tôda a exposição que fizemos não nos foi preciso fazer uma alusão ao exército vermelho e mesmo reconhecemos que na situação da Rússia a sua defêsa militar se impõe, embora tenhamos sôbre êste assunto uma opinião diversa da dos comunistas entendendo essa defêsa militar doutra maneira. Nem é preciso atacar a existência do exército vermelho, para fazer ressaltar os defeitos do regimen da ditadura do proletariado e demonstrar como ela, longe de preparar o comunismo livre, o combate e procura impedir. Mas não deixaremos de dizer que o que salvou principalmente a Rússia não foi tal o exército vermelho, como os bolchevistas nos querem fazer supor, mas um outro exército, êsse voluntário, nascido da Revolução, o exército insurreccional dos camponeses da Ucrânia, de recrutamento voluntário, que expontâneamente se organizou e combateu as tropas de Denikine, que foram para a Revolução Russa a sua mais formidável ameaça. E tôda essa insurreição popular da Ucrânia, esmagada pelos bolchevistas, numa acção evidentemente contra-revolucionária, não foi perante o mundo a prova mais evidente do espírito organizador das massas, do poder da iniciativa do povo, a prova

clara de que é possível derrubar o Estado e substituí-lo pela livre organização de comunas independentes, federadas entre si?

Na própria Rússia, onde os bolchevistas instituíram a sua ditadura, foi possível a organização livre dos camponeses insurreccionados da Ucrânia. Tendo abolido todas as autoridades, uma população de dois milhões de pessoas pôde viver durante muitos meses em liberdade, organizando livremente a sua vida económica, e isto num período de grave perigo para a região, a cuja defesa era preciso sacrificar uma grande parte do seu tempo e da sua actividade. E os bolchevistas, ciosos da sua doutrina de autoritarismo político não descançaram enquanto não destruíram e completamente não aniquilaram esse início de verdadeira Revolução Social! (1) Como acreditar que possam ser eles os elementos de transição para a sociedade futura, eles que não são já hoje na Rússia senão o empecilho para a expansão do espírito revolucionário, como nós o concebemos no ocidente?

Não, nós não somos pela ditadura do proletariado, mas pela destruição de todo o poder político, libertando as populações da autoridade e esperando da sua espontânea e livre organização o que não pode provir da violência e do terror.

Feita a Revolução, não precisamos de nenhum poder político, de nenhuma organização autoritária

---

(1) P. Archinoff, *ob. cit.*



para estabelecer a sociedade comunista. Expropriados revolucionariamente pela massa os elementos indispensáveis à vida económica, as vias de comunicação, os meios de transporte, as fábricas e as terras necessárias para o abastecimento da população insurreccionada, não organizaremos um exército permanente, parasitário, para obrigar toda a gente a trabalhar segundo o nosso modelo, limitando-nos nós, os convencidos, a organizarmo-nos à maneira comunista e dispondo-nos a defender a nossa organização, à mão armada, sempre que a vejamos sob a ameaça de elementos autoritários. A nossa preocupação revolucionária será evitar que se possa reorganizar a autoridade e onde tentativas dessa natureza se fizerem devemos acudir para as fazer gorar. Mas sobre todos quantos não comunguem no nosso credo, não aceitem os nossos princípios comunistas, mas que não pretendam tolher a nossa liberdade, estatuir um privilégio de casta, deixal-os-hemos entregues a si mesmos sem contra eles exercermos uma coacção violenta. São pequenos proprietários rurais, que cultivam a sua terra? Deixal-os-hemos com o seu torrão, iludidos no seu sistema económico individualista, sem os violentarmos com uma expropriação que não produziria senão perturbações. Mas, organizando-nos nós, intensificando a produção pela aplicação dos modernos preceitos científicos, um dos quais é a concentração da indústria, nós seremos o exemplo constante duma vida mais perfeita e mais feliz e a permanente sugestão para os atrair à nossa forma de viver. Êsses peque-



nos proprietários começarão por ver escaparem-se-lhes os seus criados de lavoura, que preferirão evidentemente vir trabalhar connosco, obtendo a satisfação integral das suas necessidades, a partilharem a vida de miséria que ficará sendo a dêsses párias, na sua teimosia, no seu tolo preconceito. Depois, sem criados, só com as pessoas de família, dependendo constantemente do nosso próprio auxílio, sem possibilidade de especulação mercantil e reduzidos a trocar connosco os seus próprios produtos agrícolas pelos objectos por nós manufacturados, a sua inferioridade de maus produtores, agarrados à rotina e sem poderem dar ao seu trabalho o amplo desenvolvimento que nós havemos de atingir, acabarão por aderir ao nosso modo de viver e fazer parte, aglutinando livremente às nossas as suas terras, da federação económica que nós constituirmos. Se se não trata de pequenos proprietários mas de opulentos detentores de latifúndios, também não vemos que seja oportuno nem de boa tática empregar contra êles uma violência escusada. Expropriados os terrenos necessários para o abastecimento da massa trabalhadora insurreccionada e só para essa e ainda para um excedente destinado à troca, não é preciso importunar os outros detentores da grande propriedade. Basta, no princípio, atrair ao nosso meio, à nossa organização económica, os seus trabalhadores assalariados, desvalorizando-lhes assim pela falta de braços, as suas terras. mostrando-lhes praticamente e duma maneira conclusiva que elas, sem o esforço do trabalho, não valem nada e habituando-os à idea dêsse nenhum valor da

sua fortuna para se resignarem a perdê-la sem protesto, quando, pelo aumento do número dos aderentes à nossa organização livre, tivermos de as tomar também. E o mesmo procedimento de tolerância, de indiferença, deve ser adoptado em face dos intellectuais, dos técnicos, de todos os preciosos auxiliares das indústrias e do progresso que, sem nos serem hostis, se abstenham, por espírito reaccionário, de colaborar connosco; devemos aguardar, mas não da acção violenta, do constrangimento físico, das perseguições e dos castigos, aquilo que acabarão por fazer espontâneamente: o seu reconhecimento da nova ordem social e a sua adesão ao novo processo económico, vindo juntar-se ao grupo felismente já bastante numeroso dos intellectuais que nos acompanham e que são já uma garantia duma boa organização técnica da produção.

Isto não implica da nossa parte o cruzarmos os braços quando os nossos adversários pretenderem destruir a nossa obra revolucionária. Devemos estar vigilantes e prontamente acudirnos onde quer que se pretenda erguer de novo a tirania que tivermos abolido. E estejamos certos de que para provocar a livre organização das massas, levá-las a cooperar livremente connosco, bastará evitar que a autoridade se restabeleça, impedir que os homens possam ser tolhidos, por qualquer senhor ou mandante, na sua liberdade. A nossa atitude deverá sempre ser menos de ataque, do que de defesa. Em vez de cultivarmos o ódio e nos tornarmos rancorosos, devemos tender

cada vez mais a uma fraternidade ampla que acabe por abranger os nossos próprios inimigos de hoje. Em vez de perpetuarmos a luta de classes, criando uma ditadura do proletariado que marque uma distinção permanente entre os homens, faremos por destruir tôdas as diferenças que entre êles existem, abolindo as castas, considerando a humanidade una e indivisível, tendo por todos uma cuidadosa e enternecida solidariedade, para que todos se libertem, os escravos de hoje dos seus dominadores e estes próprios dos seus preconceitos, dos seus vícios. Muitos dêles aparecer-nos hão como inadaptados ao novo meio social, incapazes de aceitar a nossa orientação, contrafazendo-se por se verem resignados a trabalhar em vez de mandar trabalhar os outros. E é então que o nosso conceito — a cada um segundo as suas necessidades, de cada um segundo as suas fôrças — nos indica como um ditame da razão e da justiça o não exigir dêles senão o que êles nos podem dar, fazendo da nossa parte, pelo nosso apoio, pela nossa atitude benévola e tolerante, com que êles cada vez estejam em melhor situação de nos darem mais.

Preparando e consolidando a sociedade comunista, após a Revolução, nós procuraremos evitar não só que se exerça qualquer pressão de autoridade sôbre nós, que venha a embaraçar-se no nosso livre desenvolvimento, mas evitar também que a exerçamos nós sôbre os outros, pois da mesma maneira poríamos em risco a nossa obra de libertação. Só assim nós poderemos confiadamente esperar do espírito de



iniciativa do povo, do seu instinto de organização, da sua comprovada dedicação pelo interesse colectivo, que vai até aos maiores e mais heróicos sacrificios, a criação da sociedade futura, tal como a concebemos, sem senhores nem escravos, em que os homens, tendo desaparecido inteiramente a distinção de classes, sejam todos irmãos uns dos outros, com o mesmo direito à vida e à felicidade.

O insucesso da Revolução na Rússia não representa para nós senão o insucesso do método adoptado para nos conduzir ao comunismo livre. Quando, mesmo no período de preparação da sociedade futura, ainda em Revolução, diferentes forem os processos adoptados e se tiver sempre em consideração a liberdade dos outros, não tenhamos receio de que teremos então firmado para sempre e duma forma indestrutível o comunismo livre, fazendo-o brotar naturalmente, como uma consequência lógica, da nossa própria acção, da nossa vida, do nosso cada vez mais intenso sentimento de fraternidade e duma mais humana e amável compreensão da justiça.



## Edições SPARTACUS

- O Amor e a Vida (contos), por *Campos Lima* . . . . . 5\$00
- A Crise Económica, SEUS ASPECTOS ESSENCIAIS, por *João Perpétuo da Cruz* . . . . . 2\$50
- Três Aspectos da Revolução Russa, por *Emile Vandervelde* . . . . . 5\$00
- A Revolução em Portugal, por *Campos Lima* . . . . . 6\$00
- Primeiro Congresso Feminista e de Educação, por *Arnaldo Brazão* . . . . . 10\$00
- A Ceia dos Pobres (Episódio dramático em verso), por *Campos Lima*, 3.<sup>a</sup> edição . . . . . 2\$00
- Sendas de Lirismo e de Amor (novelas), por *Ferreira de Castro* . . . . . 8\$00
- Os Três Milagres Subtis do Convento — A Lenda de D. João — Os Simples — Théleme (contos), por *António Passos* . . . . . 5\$00
- A História do Movimento Macnovista, por *P. Archinoff*. . . . . 10\$00
- A Teoria Libertária ou o Anarquismo (conferência), por *Campos Lima* . . . . . 3\$00

---

Depósito: LIVRARIA RENASCENÇA  
R. dos Poiais de S. Bento, 27 - Lisboa

---

Assinantes — Correspondência a  
CAMPOS LIMA — R. dos Fanqueiros,  
277-2.<sup>o</sup>-E.—Lisboa